Projeto antecipa mudanças aprovadas na Constituinte

1. Privatização — Serão privatizados o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e o Banco Meridional, além das empresas já incluídas no programa de desestatização.

2. Extinção — A proposta prevê a extinção de quatorze órgãos federais: Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte (Geipot), Artesanato do Nordeste (Artene), subsidiária da Sudene, Superintendência da Borracha (Sudhevea), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Cepalac), Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), a Secretaria Especial da Região Sudeste, Fundação Projeto Rondon, Fundação Petrônio Portela, Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb), a Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac), e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Além disso, será feita a fusão, numa única empresa, do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codelvasf).

3. Concentração — Todos os recursos hoje distribuídos nos diversos fundos e programas existentes serão concentrados em apenas seis Programas: a) Programa Nacional de Irrigação; b) Programa Nacional de Reforma Agrária; c) Finsocial; d) Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Nacional, destina-

do exclusivamente a transferir verbas para Estados e Municípios; e) Contrapartida de Empréstimos Externos, cujas despesas seriam centralizadas em "encargos gerais da União"; e f) Consolidação da Dívida da União.

4. Subsídios — Serão cortados praticamente todos os subsídios. Nessa relação estão: a compensação dada aos Estados por conta da isenção do ICM; o subsídio à comercialização do carvão energético; subsídio à pesca de exportação; subsídio a título de retificação de lavra mineral; cobertura da diferença entre recursos gerados internamente e contratados no exterior pelo ex-BNH; ressarcimento parcial de investimento em projetos de irrigação no Nordeste; redução de 50% para 10% da participação do Tesouro na cobertura do seguro agrícola (Proagro); eliminação do ressarcimento ao BNDES do diferencial entre a correção monetária real e a correção prefixada, nos empréstimos do banco; fim do ressarcimento de incentivo sob a forma de bônus concedidos pelo ex-BNH; fim das amortizações e encargos de financiamentos a fundos e programas, sob a responsabilidade do Banco Central.

5. Empréstimos Externos — A União cortará significativamente a contrapartida de empréstimos externos, que tem feito em projetos desenvolvidos pelos Estados e Municípios, tocados por empréstimos obtidos no exterior, principalmente junto ao Banco Mundial e BID. Esses cortes atingem as seguintes áreas: Programa de Apoio ao Pequeno Produtor rural do Nordeste; programas de desenvolvimento da Região Metropolitana de

Recife; projetos de transportes urbanos a cargo da EBTU; Sistema Brasileiro de Extensão Rural; Polonoroeste; ações de saúde no Nordeste rural; estudos de política e planejamento de saúde; educação básica no Norte e Centro-Oeste; construção e ampliação de escolas de segundo grau; estradas vicinais; apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico; controle da poluição industrial; infra-estrutura física e acervo de bibliotecas; formação e treinamento de professores do segundo grau; e fomento à pesquisa aplicada.

6. Transferências — Cerca de mil projetos serão transferidos para Estados e Municípios e suas dotações serão cortadas no Orçamento Geral da União para 89. Entre eles estão: promoção e desenvolvimento do artesanato; bolsas escolares e assistência médica aos alunos; construção e aparelhamento de escolas de segundo grau; toda a assistência e extensão rural que a Embrater fazia; Províncias; assistência rural em áreas de reforma agrária; apoio a pequenos municípios; assentamento, irrigação e desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha; apoio ao Norte Fluminense; apoio ao complexo industrial de Barcarena; apoio à Bacia do Paraíba do Sul; programas de eletrificação e irrigação em comunidades rurais; construção e manutenção de rodovias vicinais; transporte urbano; aumento da segurança no trânsito; assistência financeira à Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira; ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal; à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe); desenvolvimento de ações de promoção social; apoio às micro e pequenas empresas das regiões Norte e Nordeste; programa de mobilização energética; apoio a pequenos municípios.